

ART 5º



"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

Garantindo-se a { brasileiros
estrangeiros
residentes no Brasil

A inviolabilidade do direito à { vida
liberdade
igualdade
segurança
propriedade

DIREITO À VIDA

- Abrange a vida **intrauterina** (proibição do aborto)
STF: é permitida a interrupção da gravidez de feto **anencéfalo**
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a **pesquisa com células tronco** embrionárias de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Nem o direito à vida é absoluto!
É **admitida a pena de morte** em caso de guerra declarada

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"

Sentido amplo

≠ reserva legal → exige lei em sentido estrito

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PRINCÍPIO DA IGUALDADE

- Homens e mulheres são **iguais**:
 - Na lei** → ao legislador
 - Perante a lei** → aos intérpretes/administradores

Pode haver tratamento desigual entre pessoas em situações diferentes
Ex.: reserva de vagas em universidade para negros e índios (ações afirmativas)
(= **igualdade material**)

STF:

- É admitida a política de cotas raciais em **concursos públicos**
Sua aferição pode ser por critério de:
 - Autodeclararão
 - Heteroidentificação

PRINCÍPIO DE EXPRESSÃO

- É **livre** a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - = liberdade de expressão (é **legal** a participação em eventos e manifestações a favor da legalização de drogas, aborto, etc.)
 - + vedação ao anonimato (STF **veda** o acolhimento de denúncias anônimas)
- Não protege o discurso de ódio!

DIREITOS IMPORTANTES

- Ninguém será submetido a
 - Tortura
 - Tratamento desumano ou degradante
 - É assegurado o direito de **resposta**
 - Material
 - Moral ou à imagem
 - (cumuláveis!)
- Proportional ao agravo

LIBERDADE RELIGIOSA

- Liberdade de consciência e crenças
- Livre exercício dos cultos
 - é assegurada a prestação de **assistência religiosa** nas entidades civis ou militares de **internação coletiva**
- Brasil é um estado laico!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

VEDAÇÃO À CENSURA

- É livre a expressão de atividade
 - Artística
 - Científica
 - Intelectual
 - De comunicação
- independentemente de
 - Censura
 - Licença

ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

- Ninguém será privado de direitos por motivos de
 - crença religiosa
 - convicção filosófica ou política
- DECORE!**
- Salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, **fixada em lei**
- É norma de eficácia **contida**

SIGILO BANCÁRIO

- Garantia de privacidade dos dados bancários
- Pode ser quebrado por:

1. Poder judiciário
2. CPI'S federais e estaduais
3. Autoridades fiscais

Desde que:

- Haja { processo administrativo instaurado
procedimento fiscal em curso
- Informações consideradas indispensáveis

4. MP → Contas de titularidade de ente público ou procedimento administrativo para defesa de patrimônio público (excepcional)



IMPORTANTE!

O **TCU** pode requisitar às instituições financeiras informações sobre operações de crédito originárias de recursos públicos.

INTIMIDADE

- São invioláveis:
 1. Intimidade
 2. A vida privada
 3. A honra
 4. A imagem
- Assegurada a indenização por dano { Material ou Moral

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- Não é necessário ofensa à reputação para haver dano moral (ex.: cabe dano moral pela dor da perda de um familiar)
- São permitidas as **biografia não autorizadas** (não exclui possibilidade de indenização por dano material/moral se couber)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

(e das comunicações **telegráficas**, de **dados** e comunicações **telefônicas**)

- São invioláveis, salvo por **ordem judicial**, para fins de
 - Investigação criminal ou
 - Instrução processual penal

Nas hipóteses e formas da lei

→ Não pode ser utilizado para acobertar ilícitos!

Intercepção telefônica:

Captação da conversa por terceiro **sem** conhecimento dos interlocutores

Escuta telefônica:

Captação da conversa por terceiro com conhecimento de um dos interlocutores

Gravação telefônica:

Captação da conversa por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro



ATENÇÃO!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

INVIOLABILIDADE DOMICILIAR

"A **casa** é asilo inviolável"

Sentido amplo: (STF)

- Qualquer compartimento habitado
- Qualquer aposento ocupado de habitação coletiva (ex.: quarto de hotel)
- Qualquer compartimento privado para exercício de profissão/atividade pessoal (ex.: escritório de advocacia, atelier...)

- Não pode ser invocada para acobertar atos ilícitos

STF: é válida ordem judicial para ingresso de autoridade policial em estabelecimento profissional para a instalação de escutas (inclusive à noite!)

- O ingresso na "casa" do indivíduo é **permitido** nas seguintes situações:

1. Consentimento do morador
2. Sem o consentimento do morador:

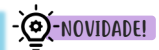
- Sob ordem judicial → somente durante o dia

- Em caso de {
 - Flagrante delito
 - Desastre ou
 - Prestar socorro

Mas é permitido que as atividades se prolonguem no período noturno

A qualquer hora

PROTEÇÃO DE DADOS



-NOVIDADE!

(EC 115/2022)

É assegurado o **direito à proteção dos dados pessoais**, inclusive nos **meios digitais** (nos termos da lei)

LIBERDADE DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

- É livre o exercício de qualquer

Trabalho
Ofício
Profissão

Atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
(= norma de eficácia contida)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF):

- É **inconstitucional** a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista
- É **inadmissível** a exigência de fiança para a impressão de notas fiscais pelo contribuinte em débito com a fazenda

DIREITO DE REUNIÃO

- Condições:
 1. Pacificamente
 2. Sem armas
 3. Locais abertos ao público
 4. Não frustrem outra reunião previamente convocada
 5. Prévio aviso à autoridade (independentemente de autorização)

STF: o aviso prévio é satisfeito com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que o seu exercício seja pacífico e não frustre outra reunião



Protegido por **mandado de segurança**, não por *habeas corpus*!

ASSOCIAÇÕES

- Três requisitos:
 1. Pluralidade de pessoas (com um fim determinado)
 2. Estabilidade
 3. Ato de vontade
- Independente de autorização → Vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- Independente de aquisição de personalidade jurídica
- Vedadas as de caráter paramilitar

Dissolução → Sentença judicial transitada em julgado

Suspensão → Decisão judicial (nunca administrativa!)

- Ninguém será obrigado a filiar-se ou permanecer afiliado
- As associações podem representar

seus filiados

Judicial ou
Extrajudicialmente

Quando expressamente autorizadas

DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurado a todos o direito à informação, resguardado o **sigilo da fonte**, se necessário ao exercício profissional
- Sucessão de bens de estrangeiros no país: regulada pela lei que seja mais benéfica ao cônjuge/filhos

DIREITO DE PROPRIEDADE

- A propriedade deve atender a sua **função social**
 - Desapropriação por {
 - necessidade pública
 - utilidade pública
 - interesse social
- Mediante **justa e prévia indenização em dinheiro**

SALVO CASOS NA CF/88:

TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	ENTE RESPONSÁVEL	INDENIZAÇÃO
Para reforma agrária	União	Títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos
Imóvel urbano não edificado não cumprindo a função social	Município	Títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos
Desapropriação confiscatória		Não há!

Se houver cultura de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo

ATENÇÃO!
Benfeitoras úteis e necessárias: em dinheiro!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

- Uso de propriedade particular
- No caso de iminente perigo público
- Indenização **posterior** se houver **dano**
- O particular é obrigado a ceder

IMPENHORABILIDADE

- **Pequena** propriedade rural
 - Trabalhada pela **família**
 - Para pagamento de débitos decorrentes da **atividade produtiva**
- Para o STJ (REsp 1.591.298/RJ), ela não pode ser objeto de penhora mesmo no caso de **débitos estranhos** à atividade produtiva!

IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

- A lei não prejudicará (irretroatividade das leis)
 - direito adquirido
 - ato jurídico perfeito
 - coisa julgada
 Não é invocável pela entidade que a editou
- Não cabe invocar direito adquirido:
 - Normas constitucionais originárias
 - Mudança do padrão da moeda
 - Criação ou aumento de tributos
 - Mudança de regime estatutário

DIREITO À INFORMAÇÃO

- Todos** têm direito a receber dos (pessoas físicas ou jurídicas) órgãos públicos informações de seu interesse
 - particular
 - coletivo
 - geral
 prestados no prazo da lei
- Sob pena de responsabilidade
- Salvo** informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado
- Remédio constitucional = mandado de segurança

DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO DE PETIÇÃO

- Independente do pagamento de taxas
 - Direito de petição → Em defesa de direitos ou contra
 - ilegalidade ou
 - abuso de poder
 - Obtenção de certidões → para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal
- Remédio constitucional = mandado de segurança



PEGADINHA!

Quando o cidadão solicita a certidão, ele já tem a informação **não cabe habeas data!**

TRIBUNAL DO JURI

- Assegurados:
 - Plenitude de defesa
 - Sigilo das votações
 - Soberania dos vereditos
 - Competência para julgamento dos crimes **dolosos contra a vida**

SÚMULA VINCULANTE Nº 45

"a competência constitucional do tribunal do júri **prevalece** sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"


PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Não há **crime** sem **lei** anterior que o defina
- Não há **pena** sem prévia cominação **legal**
- Em ambos: lei em **sentido estrito**
(= irretroatividade da lei penal)

INTRANSMISSIBILIDADE DAS PENAS


- "nenhuma pena passará da pessoa do condenado"
- A obrigação de reparar o dano e decretação de perdimento de bens podem ser **estendidas aos sucessores**
até o limite do patrimônio transferido

INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

- A **lei** não excluirá da apreciação do **judiciário** { lesão a direito ameaça
- Casos de **jurisdição condicionada**:  **DECORE!**
 1. **Habeas data**
 - deve haver prévia negativa da administração
 2. **Controvérsias desportivas**
 - após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva
 3. **Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante pela adm. pública**
 - após esgotarem-se as vias administrativas
 4. **Requerimento judicial de benefício previdenciário**
 - após prévio requerimento administrativo

DIREITOS FUNDAMENTAIS

NÃO HAVERÁ PENAS

1. de morte, **salvo em caso de guerra declarada**  **CAI MUITO!**
2. de caráter perpétuo
3. de trabalho forçado
4. de banimento
5. cruéis

NOVIDADE!

O pacote anticrime aumentou para 40 anos a pena máxima no Brasil

DIREITOS IMPORTANTES



- "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**"
- "aos litigantes em processo judicial e aos acusados em geral administrativo são assegurados contraditório e ampla defesa"
- "é admitida **ação privada** nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal"

SÚMULA VINCULANTE Nº 5:

"a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição"

SÚMULA VINCULANTE Nº 21:

"é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

Punível com pena de reclusão	INAFIANÇÁVEL	IMPRESCRITÍVEL	INSUSCETÍVEL DE GRAÇA OU ANISTIA
Racismo	X	X	
Tráfico, terrorismo e tortura e crimes hediondos	X		X
Grupos armados contra ordem constitucional e	X	X	

para lembrar:
3T+H não têm graça

DIREITOS FUNDAMENTAIS


EXTRADIÇÃO

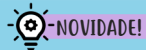
- Nenhum brasileiro **nato** poderá ser extraditado
mas pode perder sua nacionalidade pela aquisição voluntária de outra nacionalidade
- O brasileiro **naturalizado** poderá ser extraditado em caso de:
 - Crime comum antes da naturalização
 - Tráfico de drogas a qualquer tempo
- Não será extraditado o estrangeira por crime Político De opinião

ETAPAS DA EXTRADIÇÃO PASSIVA:

- Etapa administrativa (poder executivo) = solicitação administrativa
Fundamento:
 - Tratado bilateral ou
 - Promessa de reciprocidade
- Etapa judiciária (STF)
 - Análise da legalidade e procedência do pedido
 - Deve haver processo penal ou investigação criminal + dupla tipicidade + respeito aos direitos humanos
- Etapa administrativa (poder executivo)
 - Decisão do presidente (discricionária) = **ato político**

DIREITOS IMPORTANTES

- “ninguém será considerado **culpado** até o **trânsito em julgado** de sentença penal condenatória” 



STF: a execução provisória da sentença penal condenatória revela-se frontalmente incompatível com o direito fundamental do réu de ser presumido inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sua condenação criminal.

- É possível a **prisão**:
 1. Flagrante delito
 2. Ordem de juiz { escrita fundamentada
 (Salvo transgressão militar ou crime propriamente militar)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PRISÃO POR DÍVIDA

- Possível para (somente!!) {
 - Responsável pelo **inadimplemento** voluntário e inescusável de **obrigação alimentícia**

- Depositário infiel

SÚMULA VINCULANTE Nº 25

“É ilícita a prisão por dívida do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade”


PROVAS ILÍCITAS

- São **inadmissíveis** as **provas** obtidas por meios ilícitos
 - Nos processos { Administrativos Judiciais
- Devem ser **expurgadas**, mas não invalidam todo o processo!

STF:  CAI MUITO!

- São **ilícitas** as provas obtidas por:
 - Interceptação telefônica {
 - Sem autorização judicial
 - Determinada apenas a partir de denúncia anônima
 - “interrogatório sub-reptício” (conversa informal com policial)
 - Confissão durante prisão ilegal
- São **lícitas** as provas obtidas por:
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se houver investida criminosa
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se ausente causa legal de sigilo ou reserva
 - Gravação ambiental por um dos interlocutores

TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA

- A prova ilícita contamina todas aquelas que dela derivam (= ilicitude por derivação) 

ASPECTOS GERAIS

- Sempre que alguém (pessoa física) **sofrer** (repressivo) ou se achar **ameaçado** de sofrer (preventivo) violência ou coação em sua **liberdade de locomoção** (direta ou indireta)

Por ilegalidade ou abuso de poder

STF admite *habeas corpus* coletivo

TIPOS:

- Repressivo
- Preventivo
- Suspensivo → quando a prisão já foi declarada, mas o mandado de prisão ainda está pendente de cumprimento
- É ação de procedimento especial (rito sumário) → mas cabe liminar!

DIREITOS FUNDAMENTAIS = HABEAS CORPUS =

SUJEITO PACIENTE

- Só pode ser impetrado em favor da **pessoa física**. (pessoa jurídica, não!)

SUJEITO PASSIVO

- HC dirige-se à **autoridade coatora** (caráter público ou particular)

Determinou a prisão ou restrição à locomoção

SUJEITO ATIVO

= quem pode impetrar o HC

- Qualquer { pessoa física
- MP { pessoa jurídica
- Defensoria pública

= legitimidade universal

Pode ser concedido até de ofício pelo juiz

Não é necessário auxílio de advogado!

CAI MUITO!

É INCABÍVEL O HC

ATENÇÃO!

- Impugnar decisões do STF
- Impugnar suspensão dos direitos políticos
- Impugnar pena de multa
- Já extinta a pena privativa de liberdade
- Discutir o mérito de punições disciplinares militares
- Contra imposição de pena de exclusão de militar ou perda de patente/função pública
- Para pleitear "visita íntima"

DIREITOS FUNDAMENTAIS

= MANDADO DE SEGURANÇA =

ASPECTOS GERAIS

- Para proteger direito **líquido e certo** não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (é um remédio **residual**)
- Quando responsável pela {
 - Illegalidade
 - Abuso de poder
 for {
 - Autoridade pública **ou**
 - Agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
 = ato de autoridade
- Tem rito sumário especial

Não há dilação probatória

PRAZO

- Deve ser impetrado em até **120 dias** = prazo decadencial
- Não é possível sua suspensão ou interrupção

LIMINAR

- Em regra, possível, se presentes os **pressupostos** (*fumus boni iuris e periculum in mora*)

A Lei do Mandado de Segurança previa algumas **exceções** ao cabimento de liminar (compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias do exterior...). No entanto, o STF as considerou **inconstitucionais!** (então agora não há mais essas limitações!) **NOVIDADE!**

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras
 - Domiciliadas ou não no Brasil
- Universalidades** com capacidade processual (massa falida, espólio...)
- Órgãos públicos** de grau superior na defesa de suas prerrogativas e atribuições
- Ministério público**

MDS COLETIVO → impetrado por:

- Partido político com representação no Congresso Nacional
- Organização sindical ou entidade de classe
- Associação {
 - legalmente constituída em funcionamento há > 1 ano

É INCABÍVEL O M.D.S.

- Contra decisão judicial ou ato administrativo dos quais caibam recurso efeito suspensivo
- Contra decisão judicial transitada em julgado
- Contra lei em tese (salvo se produtora de efeitos concretos)
- Contra atos de natureza jurisdicional
- Para assegurar direito à insubmissão a certa modalidade de tributação

ASPECTOS GERAIS

- Concedido quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de:

1. Direitos e liberdades constitucionais
2. Prerrogativas inerentes a:

- Nacionalidade
- Soberania
- Cidadania

Diante da falta de regulamentação de normas de eficácia limitada

- Não é gratuito
- É necessária a assistência de advogado
- Não cabe medida liminar

DIREITOS FUNDAMENTAIS

= MANDADO DE INJUNÇÃO =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas físicas ou jurídicas
- Para o M.D.I. coletivo:
 - Partido político com representação no Congresso Nacional
 - Organização sindical ou entidade de classe
 - Associação { Legalmente constituída em funcionamento a > 1 ano
- Ministério Público
- Defensoria Pública

É INCABÍVEL

- Se já houver a norma regulamentadora
- Se faltar a norma regulamentadora de direito **infraconstitucional**
- Falta de regulamentação de **medida provisória** ainda não convertida em lei
- Se a regulamentação for **facultativa**


OUTRAS OBSERVAÇÕES

- **Competência para julgar:** depende da autoridade inerte!
- Será deferido para:
 1. Determinar prazo para edição da norma
 2. Estabelecer condições para o exercício do direito, liberdade...
 3. Estabelecer condições para que o interessado promova a ação própria

LEI 13.300/2016

- Adotou a corrente concretista intermediária individual
 - Em regra, o mandado de injunção tem efeitos **inter partes**
- Mas, **excepcionalmente**, pode ter efeito **erga omnes**

ASPECTOS GERAIS

- Natureza civil e rito sumário
- Para:
 1. Assegurar o conhecimento de informações **relativas à pessoa do impetrante**
 Em registros/bancos de dados de entidades governamentais ou de carácter público
 2. Retificar dados
 Quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo
- É uma ação personalíssima

REQUISITOS

- Comprovação da **negativa da autoridade** administrativa de garantir o acesso aos dados (= jurisdição condicionada)
- Assistência de advogado

DIREITOS FUNDAMENTAIS
direitos fundamentais
 = HABEAS DATA =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras

SUJEITO PASSIVO

- **Entidades governamentais** ou PJ de direito público com os registros ou bancos de dados ou
- PJ de **direito privado** detentora de bancos de dados de carácter público

É INCABÍVEL

- Para que se possa ter acesso aos autos de processo administrativo (mandado de segurança)
- Para obter dados relativos a terceiros

DIREITOS FUNDAMENTAIS

direitos fundamentais
= AÇÃO POPULAR =

ASPECTOS GERAIS

- Visa **anular ato lesivo** a:
 1. Patrimônio público ou de entidade de que o estado participe
 2. Moralidade administrativa
 3. Meio ambiente
 4. Patrimônio histórico e cultural
- O autor fica **isento** de custas judiciais e do ônus da sucumbência
↳ salvo comprovada má-fé
- Depende de **advogado**
- **Não** há foro por prerrogativa de função em ação popular! 📌 **IMPORTANTE!**

SUJEITO ATIVO

- Qualquer **cidadão** em pleno gozo dos direitos políticos e civis

SUJEITO PASSIVO (sofre a ação)

- **PJ** em nome das quais o ato ou contrato lesivo foi ou seria praticado
- **Autoridades e agentes** públicos que participaram ou se omitiram
- **Beneficiários** diretos do ato ou contrato

GRATUIDADES

- São **gratuitos** aos reconhecidamente pobres:
 1. Registro civil do nascimento
 2. Certidão de óbitoOBS.: A lei estendeu esse direito a todos os cidadãos!
- São **gratuitos**:
 1. *Habeas corpus*
 2. *Habeas data*
 3. Atos necessários ao exercício da cidadania → na forma da lei
- **Assistência judicial** gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos

DIREITOS IMPORTANTES

- É **livre a locomoção** no território nacional em tempos de paz
- Assegurada a **razoável duração** do processo e os meios que garantam celeridade de tramitação

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PARÁGRAFOS DO ART 5º:

1. Normas definidoras dos direitos e garantias individuais → aplicação imediata!
2. Direitos e garantias expressos na CF não excluem outros → de seus regimes e princípios e de tratados internacionais (= sistema aberto de direitos fundamentais)
3. Tratados e convenções internacionais **sobre direitos humanos** aprovados em cada casa do Congresso, em 2 turnos, por 3/5 dos votos serão equivalentes às emendas constitucionais
4. O Brasil se submeterá à jurisdição de **tribunal penal internacional** a cuja criação tenha manifestado adesão